

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMILIA  
Gabinete do Prefeito

LEI MUNICIPAL Nro. 002

ESTABELECE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMILIA E  
DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

JUVENTIL MAFALDA SANTOS, Prefeito  
Municipal de Sagrada Familia, FAÇO SABER, no uso das atribuicoes  
que me sao conferidas pelo art. 79, item IV da Lei Organica  
Vigente, que a Camara de Vereadores aprovou e eu sanciono e  
promulgo a seguinte Lei:

CAPITULO I  
DA ORGANIZACAO BASICA DA PREFEITURA MUNICIPAL

ART. 1o. - A estrutura administrativa  
basica da Prefeitura Municipal de Sagrada Familia, constitui-se  
dos seguintes orgaos, diretamente subordinados ao Prefeito  
Municipal:

I - ORGAOS DE ASSESSORAMENTO

- 1 - Gabinete do Prefeito
- 2 - Assessoria Juridica
- 3 - Coordenadoria de Supervisao e  
Planejamento.

II- ORGAOS DE ADMINISTRACAO GERAL

- 1 - Secretaria de Administracao
- 2 - Secretaria da Fazenda.

III- ORGAOS DE ADMINISTRACAO ESPECIFICA

- 1 - SECRETARIA DE OBRAS
- 2 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA
- 3 - SECRETARIA DE AGRICULTURA
- 4 - SECRETARIA DE SAUDE
- 5 - SECRETARIA DO BEM ESTAR SOCIAL.

CAPITULO II  
DOS ORGAOS DE ASSESSORAMENTO

Art. 2o. - Integram os orgaos de  
assessoramento: o Gabinete do Prefeito, a Assessoria Juridica e a  
coordenadoria de Supervisao e Planejamento.

Art. 3o. - AO GABINETE DO PREFEITO Cabem  
as atribuicoes de assistencia ao Prefeito nas funcoes politicas,

administrativas, sociais e de cerimonial e, especialmente, as de relações públicas de representação e de divulgação.

Art. 4o. - A coordenadoria de Supervisão e Planejamento compete a supervisão técnica dos sistemas de pessoal, orçamento e pesquisa; a coordenação de assistência aos programas dos órgãos da Administração Municipal; a elaboração do orçamento programa; controle e a execução do orçamento de investimento e do planejamento global do Município.

Art. 5o. - A Assessoria Jurídica cabe a assistência jurídica ao Prefeito, a emissão de pareceres, a defesa dos direitos e interesses do Município, a elaboração de contratos e o estudo de natureza jurídica, com vistas a atualização da legislação Municipal.

### CAPITULO III DOS ORGAOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Art. 6o. - Integram os órgãos de Administração Geral a Secretaria de Administração e a Secretaria da Fazenda.

Art. 7o. - A Secretaria de Administração centraliza as atividades administrativas relacionadas com o sistema de pessoal, material, administração de bens patrimoniais, correspondência; elaboração de atos, preparação de processos para despacho final, lavratura de contratos, registro e publicação de Leis, decretos, portarias, assentamentos dos atos e fatos relacionados com a vida funcional dos servidores e dos empregados públicos, bem como o protocolo e o arquivo.

Art. 8o. - A Secretaria da Fazenda compete realizar os programas financeiros; a elaboração da proposta orçamentária; os controles orçamentários e patrimoniais; o processamento contábil da receita e da despesa; a aplicação da lei fiscal; todas as atividades relativas ao lançamento de tributos e arrecadação das rendas municipais; a fiscalização dos contribuintes; o recebimento, guarda e movimentação de bens e valores.

### CAPITULO IV DOS ORGAOS DE ADMINISTRAÇÃO ESPECIFICA

Art. 9o. - Integram os órgãos de administração específica : a Secretaria de Obras a Secretaria de Educação e Cultura a Secretaria da Agricultura a Secretaria da Saúde e a Secretaria do Bem Estar Social.

Art. 10. - A Secretaria de Obras compete elaborar e executar o planejamento territorial; elaborar programas e projetos relativos a obras e serviços públicos; executar obras de infra-estrutura e serviços públicos nos meios urbanos e rural, tais como: arborização, iluminação, trânsito, transporte coletivo e individual, abastecimento, cemiterios, e o

licenciamento de atividades, bem como a construçao e conservaçao de estradas municipais; a construçao e conservaçao de predios publicos; o controle do parcelamento, uso e ocupaçao do solo urbano; a preservaçao do patrimonio historico e cultural; elaborar e executar projetos especiais na area de moradias populares, regularizacão de vilas e localizacão de industrias; executar atividades de apoio tecnico e de servicos auxiliares. Tais como: cartografia, topografia, desenho, cadastro, oficinas, garagem, administracão da pedreiras e equipamentos de britagem e fabricacão de artefatos de concreto.

Art. 11o. - A Secretaria de Educacão e Cultura compete a execucao das atividades educacionais exercidas pelo municipio, especialmente as relacionadas com o ensino de 1o. grau, de 1a. a 4a. serie; a manutencão de bibliotecas; a preservacão, desenvolvimento e a difusão das atividades culturais do municipio.

Art. 12o. - A Seecretaria da Agricultura compete executar as tarefas relacionadas com a economia do municipio e seu desenvolvimento industrial, comercial, turistico e, especialmente fomentar as culturas tradicionais do municipio, atraves da assistencia direta ao homem rural.

Art. 13. - A Seecretaria da Saude compete promover a saude publica do municipio, com a finalidade de detectar problemas de saude, elaborar programas preventivos na area de saude.

Art. 14 - A Secretaria do Bem Estar Social compete planejar e executar programas ou atividades no campo do servico e assistencia social.

#### CAPITULO V DOS ORGAOS CONSULTIVOS E DE DESCONCENTRACAO ADMINISTRATIVA

Art. 15 - Integram os orgaos consultivos e de desconcentracão administrativa: as Sub-Prefeituras distritais; o nucleo de atividade de interesse comum, Uniao, Estado e os Conselhos Municipais.

Art. 16 - As Sub-Prefeituras distritais compete a administracão dos distritos, segundo a orientacão do Prefeito e o cumprimento e a divulgacão dos atos municipais e, tambem a coordenacão e apoio dos servicos executados pelos diferentes orgaos das Prefeitura Municipal na area de sua competencia.

Art. 17 - O Nucleo de Atividades de Interesses Comum da Uniao e do Estado realiza as atividades relacionadas com o peculiar interesse do municipio de competencia da Uniao e do Estado e realizado total ou parcialmente pelo municipio, em virtude de legislacão federal ou estadual, por delegacão ou em regime de convenio, com subordicacão direta a Prefeito Municipal.

Art. 18 - Aos Conselhos Municipais como orgaos de aconselhamento e de representacao comunitaria incumbe colaborar com a administracao municipal no processo decisorio.

CAPITULO VI  
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19 - Dentro do prazo minimo de 45 dias, o Prefeito Municipal tera que editar por Decreto, o regimento interno da Prefeitura, que determinara a estrutura adminiistrativa interna dos orgaos referidos no artigo 1o. desta Lei e as respectivas atribuicoes e subordinacoes, assim como as sub-unidades administrativas.

Art. 20 - Esta Lei entrara em vigor na data de sua publicacao, revogadas as disposicoes em contrario, produzindo seus efeitos retroativamente a data de 01 de janeiro de 1993.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SAGRADA FAMILIA  
em 07 de janeiro de 1993.

  
JUVENTIL MAFALDA SANTOS  
Prefeito

Registre-se e Publique-se